

# NOTÍCIAS CNTV



## Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 03/12/2013 - Edição 949

# Lei do Risco de Vida é regulamentada em clima de alegria e muita emoção

Delegações de vigilantes de diversos Estados brasileiros, entre eles Bahia, Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro e Goiás, além de Brasília, acompanharam na tarde desta segunda-feira (2) a concretização de uma das maiores conquistas da categoria: a assinatura da portaria que regulamenta o pagamento do adicional de 30% de risco de vida/periculosidade para todos os vigilantes. Lideranças como o presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), José Boaventura; o presidente do Sindicato dos Vigilantes do DF, Jervalino Bispo, o deputado distrital e diretor da CNTV, Chico Vigilante; o presidente do Sindicato dos Vigilantes de Petrópolis, Adriano Linhares, juntamente com companheiros



de todo o país, participaram da cerimônia.

Sob aplausos emocionados, o ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, assinou a portaria que define que as atividades que expõem os profissionais a riscos

como roubos ou violência física são perigosas e regulamenta o adicional de periculosidade correspondente a 30% do salário do vigilante. O adicional foi garantido à categoria em dezembro do ano passado, quando a presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei 12.740/2012. A portaria foi publicada no Diário Oficial da União de hoje (3) e entra em vigor a partir desta data.

Além dos 30% por periculosidade acrescido aos contra-cheques dos trabalhadores em segurança privada, a medida garante também o direito à aposentadoria após 25 anos de trabalho. Para Chico Vigilante, o ato



tornou o dia de hoje “Histórico. Para ficar na memória pra sempre, e o mais feliz da vida de todos os vigilantes”.

Para o presidente da CNTV, José Boaventura, a conquista dos 30% por periculosidade é muito importante, contudo, “mais importante que o efeito pecuniário é a valorização”, disse. Segundo ele, a lei hoje regulamentada reconhece a profissão de vigilante como de risco e o vigilante passa a ter ainda mais consciência disso. “Esta é uma profissão que

cuida e protege no dia a dia de vidas com a própria vida”, ressaltou.

Segundo Boaventura, vigilantes do país inteiro estavam ligados em Brasília, na hora da assinatura da portaria. “Nós pedimos este ato hoje para dizer que eles existem, são pessoas importantes e honestas, e precisam provar esta honestidade a cada dois anos”, destacou.

O deputado Chico Vigilante, que luta pela conquista do benefício para a categoria há quase 20 anos, citou

alguns momentos da longa trajetória. “Um filme está passando por minha cabeça neste momento”, disse. Chico lembrou as primeiras reuniões para tratar do assunto, em Brasília e outros estados, como o Rio de Janeiro; do primeiro projeto de lei sobre o tema apresentado na Câmara Federal, PL nº.39, de autoria dele, há 17 anos, do projeto de lei nº1033/03, de autoria da então deputada, Vanessa Grazziotin (PCdoB/MA), aprovado pelos deputados federais e encaminhado ao Senado, onde sofreu medida restritiva e foi devolvido à Câmara Federal. “Finalmente votado no ano passado”.

A regulamentação “coroa com êxito a conquista histórica de cada



um dos trabalhadores em segurança privada deste país”. E fez um novo pedido ao ministro Manoel Dias: “para nos ajudar a partir de agora em outra luta da categoria, a criação o Estatuto de Segurança Privada, que entre outras regras, vai tirar milhares de vigilantes da clandestinidade”.

O ministro se desculpou com os vigilantes pela demora e destacou a



importância do processo tripartite de elaboração da norma. “A portaria é o fruto de um amplo debate tripartite realizado no âmbito do Ministério do Trabalho. Não há maneira melhor de fazer um entendimento senão pelo diálogo”, declarou. E completou informando que a demora foi necessária para encontrar um consenso das partes e manter todos os benefícios à categoria.

Presente ao ato, o presidente da Fenavist, Odair Conceição, entende que a regulamentação traz garantia jurídica aos trabalhadores

em segurança privada. “É preciso segurança jurídica para a categoria continuar a avançando, para a segurança se tornar mais forte e mais respeitada no dia a dia”, disse. Segundo ele, hoje no país existem 2.300 empresas patronais e 700 mil vigilantes trabalhando formalmente, mas eles são quase 2 milhões atuando na clandestinidade. “O que reforça a necessidade do Estatuto dos trabalhadores em segurança privada”, disse.

Fonte: CNTV com Portal Chico Vigilante



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO  
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional  
Em circulação desde 1º de outubro de 1862



Nº 234, terça-feira, 3 de dezembro de 2013

Página 102

## Ministério do Trabalho e Emprego

### GABINETE DO MINISTRO PORTARIA Nº 1.885, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2013

Aprova o Anexo 3 - Atividades e operações perigosas com exposição a roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial - da Norma Regulamentadora n.º 16 - Atividades e operações perigosas.

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e os arts. 155 e 200 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, resolve:

Art. 1º Aprovar o Anexo 3 - Atividades e operações perigosas com exposição a roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial - da Norma Regulamentadora n.º 16 - Atividades e operações perigosas, com a redação constante no Anexo desta Portaria.

Art. 2º Serão descontados ou compensados do adicional outros da mesma natureza eventualmente já concedidos ao vigilante por meio de acordo coletivo, nos termos do § 3º do art. 193 da CLT.

Art. 3º Os efeitos pecuniários decorrentes do trabalho em condições de periculosidade serão devidos a contar da data da publicação desta Portaria, nos termos do art. 196 da CLT.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL DIAS

ANEXO  
ANEXO 3 da NR-16

#### ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS COM EXPOSIÇÃO A ROUBOS OU OUTRAS ESPÉCIES DE VIOLÊNCIA FÍSICA NAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PESSOAL OU PATRIMONIAL

1. As atividades ou operações que impliquem em exposição dos profissionais de segurança pessoal ou patrimonial a roubos ou outras espécies de violência física são consideradas perigosas.

2. São considerados profissionais de segurança pessoal ou patrimonial os trabalhadores que atendam a uma das seguintes condições:

Clipping do Diário Oficial da União

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES, EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANÇA, VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES E DOS TRABALHADORES EM SERVIÇOS DE SEGURANÇA, VIGILÂNCIA, SEGURANÇA PESSOAL, CURSOS DE FORMAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DE VIGILANTES, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, SIMILARES E SEUS ANEXOS E AFINS  
FUNDAÇÃO: 22/11/1992

FILIADA À CUT e DIEESE  
SDS - VENÂNCIO JÚNIOR - LOJA 09-12  
CEP: 70300-000 - BRASÍLIA-DF

TEL/FAX: (0xx61) 3321-6143 / 3321-0041 / 3224-1658 / 3223-8423  
Site: www.vigilantecntv.org.br / E-mail: cntv@vigilantecntv.org.br / cntv@terra.com.br

# Em três anos, 3.500 armas de empresas de segurança foram parar nas mãos de bandidos em SP

Em três anos, 3.577 armas de empresas de segurança privada acabaram nas mãos de criminosos no Estado de São Paulo. Os números, da Polícia Federal, referem-se ao armamento roubado ou furtado das companhias de janeiro de 2011 a novembro deste ano.

O levantamento, inédito, foi solicitado pela reportagem do Portal R7, por meio da Lei de Acesso à Informação, em setembro, logo após ter ocorrido o maior caso de furto dos últimos tempos: 510 armas foram levadas da sede da Capital Serviços de Vigilância e Segurança, no Cambuci.

No mês passado, o Deic (Departamento de Investigações Criminais do Estado de São Paulo) recuperou quatro revólveres da Capital, em Mogi das Cruzes, Grande São Paulo, com três suspeitos de integrar uma quadrilha de roubo de cargas.

## Uma em cada 20 armas

As 1.621 empresas de segurança com sede em São Paulo têm 66.573 armas. Ou seja, se o arsenal tivesse se mantido relativamente o mesmo nos últimos três anos, 1 em cada 20 armas das companhias estaria agora com bandidos.

Além do armamento roubado e furtado, as empresas tiveram, desde janeiro de 2011, outras 285 armas perdidas ou extraviadas. O total de armamento que passou para a ilegalidade representa cerca de 7% das armas apreendidas pela polícia paulista no período.

## Um só mercado

Para Melina Risso, diretora do Instituto Sou da Paz, uma das organizações envolvidas na campanha do desarmamento, os dados mostram que, mesmo de modo indireto, a indústria da segurança contribui para a criminalidade:

*“Não há um mercado legal e um mercado ilegal de armas. Há apenas um mercado. Acreditamos que criminosos não compram armas em lojas convencionais, mas é temporária a condição de legalidade de uma arma adquirida por um cidadão comum ou por uma empresa. Com o tempo, ela pode acabar no mercado negro.”*

## Revólver 38

Os números da Polícia Federal mostram que 90% das armas de empresas de segurança que acabam no mercado negro são revólveres. Segundo Melina, o baixo calibre não torna menos perigosa a arma:

*“Estudo que fizemos recentemente, com base em casos de flagrantes enviados à Justiça, mostra que é a arma pequena, sobretudo o revólver, a mais usada em crimes.”*

Em agosto, o Sou da Paz divulgou o estudo “As Armas do Crime”. Foram analisadas 466 armas apreendidas em 4.559 casos de prisões em flagrante na cidade de São Paulo. De acordo com o levantamento, 65% do armamento é revólver.

## Fala CNTV

Em setembro, na ocasião do roubo das 510 armas, a Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) destacou a necessidade de melhorias na fiscalização realizada pela Polícia Federal (PF). Isso porque, constantemente, empresas quebram, fecham as portas, e continuam com seu arsenal armazenado de forma inadequada em função da demora no processo de recolhimento. “Vemos com muita frequência empresas saindo do mercado e simplesmente largando o arsenal de armas da mesma forma como fez essa de São Paulo. Isso não pode continuar”, destacou José Boaventura, presidente da CNTV.

*“Há aproximadamente dois anos foi julgado um processo de uma empresa, também de São Paulo, onde foi registrado o sumiço de um grande número de armas. A empresa continua funcionando normalmente”, lembrou Boaventura. “Por mais que aja esforço da PF o processo de fiscalização e controle precisa melhorar muito, pois os gargalos existentes resultam em situações como essa, que não pode de forma alguma se repetir”, afirmou.*

Fonte: CNTV com R7

# Transportadora de valores é acusada de desviar R\$ 1 milhão

Muito já se ouviu falar em roubo de carro-forte e de assaltos a empresas de transporte de valores. Difícil acreditar que uma transportadora de valores, contratada para proteger e garantir a segurança, seja a autora de golpes para desviar o dinheiro das empresas. No entanto, é exatamente isso que as polícias Civil e Federal estão investigando em São Gonçalo e Niterói.

Conforme levantamentos feitos pelos próprios clientes, já passa de R\$ 1 milhão o montante desviado de várias loterias esportivas, um posto de gasolina e um mercado, pela Transsafe - Empresa de Transporte de Valores e Segurança Patrimonial Ltda, que tem sede no bairro de Ramos, na Zona Norte do Rio.

De acordo com as investigações da polícia, há dois meses a empresa vem desviando o dinheiro arrecadado em malotes que deveriam ser levados e depositados na Caixa Econômica Federal.

Os responsáveis pelos estabelecimentos lesados só tomaram conhecimento da apropriação indevida dos valores dias depois e começaram a tomar providências. Alguns deles tiveram o dinheiro devolvido, mas logo depois outros valores voltaram a ser desviados em diferentes datas. O dono de uma loteria esportiva no Mutuá contabilizou um prejuízo de R\$ 210 mil.

O gerente da Loteria Gradim da Sorte, Rogério Nogueira, que acumula um prejuízo de R\$ 95 mil, registrou o caso na 79ª DP (Jurujuba).

## INVESTIGAÇÕES

O delegado Gláucio Paz da Silva, titular da 79ª DP, disse que estava aguardando o comparecimento do representante da empresa que deveria prestar depoimento, no caso.

De acordo com o delegado, mesmo que haja uma explicação, a empresa já cometeu o crime de apropriação indébita e terá que responder por isso. O caso deverá ser remetido à Polícia Federal por envolver, além das empresas privadas, órgãos públicos.

A Transsafe disse que prefere não dar declarações sobre caso, alegando não ter recebido qualquer intimação da polícia.

## Empresários denunciaram caso à polícia

Depois de ser notificado que o dinheiro não tinha sido depositado na conta da Caixa Econômica Federal como deveria, Nogueira foi até a transportadora, na última quinta-feira, para exigir uma explicação. Contudo, ele não foi recebido pelos representantes da empresa.

Indignado, ele usou o próprio veículo para bloquear a passagem dos carros-fortes. “Não vou sair daqui. Quero o meu dinheiro. Se quiserem, podem chamar a polícia, porque o ladrão está aí dentro”, declarou, chamando a atenção de quem passava pela rua. No dia seguinte, agentes da delegacia estiveram na empresa e entregaram uma intimação para o responsável comparecer à delegacia e explicar o fato.

O representante da empresa devolveu os R\$ 95 mil para Nogueira. Parte do valor, cerca de R\$ 10 mil, em moeda. Já Olímpio Carneiro, sócio de outra loteria, disse que o problema vem acontecendo há dois meses. Na primeira vez, ele teve um prejuízo de mais de R\$ 100 mil, que foram recuperados. No dia último dia 6, cerca de R\$ 51 mil não foram depositados. Segundo ele, a Transsafe deu prazo até o fim dessa semana para devolver os valores.

“A gente nunca podia esperar por isso. A empresa é contratada para garantir a nossa segurança e é exatamente essa empresa quem acaba desviando o nosso dinheiro”, comentou revoltado.

Fonte: Folha de São Gonçalo

Expediente:  
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV  
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos  
Secretário de Imprensa e Divulgação: Edilson Silva Pereira  
Jornalista: Priscilla Beine  
Projeto gráfico: Anibal Bispo - Diagramação: Damião Alves



site: [www.vigilantecntv.org.br](http://www.vigilantecntv.org.br)  
email: [cntv@terra.com.br](mailto:cntv@terra.com.br)  
Fone: (61) 3321-6143  
SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11  
CEP: 73300-000 Brasília-DF